

O aluno, o texto e o professor: as relações conflitantes na avaliação de redação de concursos vestibulares

Marilurdes Zanini e Renilson José Menegassi*

Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, A. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brazil. E-mail: marilurdes@wnet.com.br, renilson@wnet.com.br. *Author for correspondence.

RESUMO. Na avaliação de uma redação, imbricam-se três situações: a proposta temática que emana do texto de apoio, a leitura que o aluno faz e a leitura que o avaliador espera, a partir dessa proposta temática. Assim, se o professor-avaliador não levar em consideração esse tripé e a sua relevância na avaliação, poderá fazê-la de forma equivocada, desconsiderando a leitura do aluno. O resultado, dessa forma, é a atribuição de notas discrepantes, se a redação for submetida à avaliação de dois professores-avaliadores. Discutir procedimentos que possam contribuir para minimizar esses conflitos, comuns no contexto escolar, é a proposta deste artigo.

Palavras-chave: avaliação, ensino, leitura, língua materna, redação.

ABSTRACT. Student, text and teacher: the conflicting relationships in writing evaluation of higher education entrance examinations. Three situations are overlapped in writing evaluation: the thematic proposal arising from the supporting text, the student's reading and the teacher's expectancy from the topic proposed. Thus, if the evaluating teacher does not take this trifold situation and its relevance into account, the teacher may be misled in his evaluation for not considering the student's thematic topic reading, resulting in discrepant grading when the composition is evaluated by two teachers. This article discusses the procedures that may contribute to minimize these conflicts so common in the school context.

Key words: evaluation, mother tongue, reading, teaching, writing.

Entender a produção de textos como a devolução da palavra ao sujeito, num processo interativo, implica entendê-la como um processo em que se instaura uma situação em que ocorre um diálogo entre o autor e o leitor, circundados pela visão que ambos têm do referente. Essa situação inicia uma busca por um sentido que os coloque em sintonia. Nessa perspectiva, autor e leitor buscam o entendimento na história contida e nem sempre, no texto, explicitamente revelada. A história contida e não contada, segundo Geraldí (1993), aponta os elementos indicativos do novo, o qual interfere nas diferentes formas de retomar o conhecido e inventar o cotidiano. Assim entendido, o processo de produção de textos se alicerça num tripé que desencadeia a criação: o aluno (autor), a quem compete, no contexto escolar, criar, a partir de uma proposta temática; o texto de apoio (referente), que apresenta uma proposta temática; e o professor, a

quem compete, naquele mesmo contexto, corrigir (tornar-se co-autor) e avaliar (julgar).

Tomando o concurso vestibular de inverno de 1998 da Universidade Estadual de Maringá (UEM), mais especificamente a prova de redação, como exemplificação, percebemos que, ao nos defrontarmos com as redações de alunos provenientes do ensino médio, esse tripé se anuncia, porém, nem sempre, garante a sustentação do produto. Isso porque, nesse momento, um grupo de professores responsáveis pela avaliação dessas redações, os mais tradicionais, por um viés mais formalista, posicionam-se, dizendo que os alunos não sabem escrever; os alunos, por sua vez, quando questionados sobre a insipidez de seus textos, reagem se colocando na defensiva de que detestam escrever; entre os professores (neste contexto, avaliadores) e os alunos (neste contexto, os autores) está o texto de apoio com a proposta temática embutida num recorte cheio de palavras e figuras a

que nenhum dos dois, aluno e professor, dão a devida atenção. O que ocorre, então, é que, no momento de avaliar, o resultado não satisfaz ao primeiro e causa aversão ao segundo. Temos, portanto, que, se a mesma redação, na situação específica dos concursos vestibulares, for avaliada por dois professores, os resultados podem ocasionar discrepâncias. Discrepâncias, marcadas por notas bem diferenciadas, que levantam discussões e questionamentos quanto às formas de ensinar e de avaliar uma produção textual em língua materna¹.

Instauram-se aí conflitos, colocando professor e alunos em lados opostos, a partir da produção textual, quando, pelo contrário, nessa situação, ambos deveriam ser co-autores dessa produção.

Isso posto, objetivamos, neste trabalho - tendo como referência os concursos vestibulares da UEM - propor encaminhamentos que tentem minimizar os conflitos e permitam ao aluno confiar naquilo que escreve, querendo e fazendo acontecer a sua criação. Além disso, a nossa intenção é, extrapolando esse contexto, interferir nos dois níveis de ensino que neste momento se polarizam - o ensino médio e o superior. Interferir de modo a contribuir com os modos de avaliar e de ensinar a produção de textos em língua materna.

O texto e o professor

Nas situações específicas de concursos vestibulares, vimos sentindo que a maior dificuldade encontrada para iniciar o processo de avaliação das redações concentra-se nas leituras permitidas pelo texto de apoio das provas de redação. E essa dificuldade se inicia, quando o professor-avaliador é convidado a analisar esse texto e a levantar as suas possibilidades temáticas. Tal dificuldade é justificada pelo comportamento que o professor-avaliador deve assumir, já que tais possibilidades têm que estar em consonância com a leitura que ele próprio faz do texto e a(s) leitura(s) que o aluno (agora, oriundo de contextos escolares variados: escolas públicas, particulares, do município, do mesmo Estado, de outros Estados e até de outros países, por exemplo) possa vir a fazer.

A primeira providência é desfazer-se de certos preconceitos atrelados, num momento inicial, à apresentação formal da redação (letra ilegível, erros evidenciados de grafia, letras desuniformizadas, dentre outros aspectos que, em princípio, causam uma certa poluição visual), a fim de que o professor-

avaliador não se sinta tentado a realizar uma avaliação superficial.

O professor-avaliador, nesse momento, deverá saber associar as suas duas funções: a de professor - aquele que busca o sentido do texto do seu aluno, procurando entendê-lo como sujeito, portador de uma história; e a de avaliador - aquele que julga tal sentido, organizado numa tipologia específica, e seleciona quem reúne mais condições para preencher as vagas aos cursos pretendidos.

Nesse processo, três sujeitos emergem do autor da redação avaliada: o aluno oriundo do ensino médio; o aluno, dentre os outros, com melhores condições - em termos quantitativos, em princípio - de entrar na universidade; e o universitário que poderá ter oportunidade de melhorar o seu texto, no decorrer dos anos da graduação.

Por isso, o professor-avaliador tem a responsabilidade primeira de analisar e ler o texto não perdendo de vista esses sujeitos. Principalmente, porque essa leitura classifica ou desclassifica a redação pela tematização.

A avaliação do tema

Procurando-se levar em consideração esses sujeitos emergentes, temos avaliado o tema das redações dos concursos vestibulares da UEM, a partir de uma proposta de planilha que vem se consolidando a cada concurso (Zanini e Menegassi, 1998).

Na planilha de avaliação de redação da UEM, retomando os dados apresentados em Menegassi e Zanini (1997), a leitura do texto de apoio, no qual se apresenta a proposta temática para a produção da redação, nos concursos vestibulares, é analisada e avaliada, a partir de seis características:

- **Fuga total ao tema** - a redação foge ao *assunto* que leva ao tema; ou faz leituras marginais, com divagações comprometedoras à unidade temática.
- **Leitura fragmentada** - a redação apresenta uma leitura fragmentada ou unilateral do *assunto*, ou seja, fragmentos do texto de apoio.
- **Leitura tangencial** - a redação apresenta o *tema*, parafraseando o texto de apoio.
- **Leitura superficial** - a redação toca no *tema*, apresentando o *enfoque temático*, ou seja, tematiza de acordo com o texto de apoio, não acrescentando novas informações, além daquelas enfocadas no texto de apoio.
- **Leitura adequada** - a redação *tematiza*, isto é, consegue apresentar o assunto, o tema e o enfoque temático, conforme o texto de apoio, acrescenta novas informações e discute-as.

¹ As diferenças entre produção textual e redação são delimitadas em Geraldí (1993) e Zanini e Menegassi (1998).

- **Leitura complexa** - a redação *tematiza*, analisa a tese apresentada, acrescenta informações novas, discute-as e retoma-as, com objetivo de convencer o leitor sobre o ponto de vista defendido.

Essa escala de características recebe, em cada um dos níveis acima descritos, pontuação própria e pertinente. E, caso a redação se enquadre no primeiro nível, pode ser descartada da concorrência, no concurso, obtendo valoração zero.

O texto de apoio

O texto de apoio, na prova de redação, tem especial importância, uma vez que ele é que apresenta o tema, o qual conduzirá o aluno - aqui candidato - à produção da redação. Para que o candidato não fique mais angustiado do que já está pela própria situação, esse texto é precedido de uma orientação, a que chamamos de *comando*², que o auxilia na produção e que determina os próprios objetivos da prova.

A prova de redação do concurso vestibular de inverno de 1998, da UEM, sugeriu duas opções temáticas, das quais elegemos, como referência para este trabalho, a opção 2 ou tema 2. Essa proposta foi assim apresentada:

Com base nas discussões a seguir, produza um texto DISSERTATIVO, em que fique evidenciada a sua posição a favor ou contra o tema. Não se esqueça de eleger uma tese e defendê-la com argumentos convincentes.

Redução da maioridade penal

Os constantes crimes cometidos por crianças e adolescentes suscitaram a discussão sobre a maioridade penal, que atualmente é estabelecida após os 18 anos. A partir dos debates realizados pelas autoridades pertinentes, é possível se observar que há duas correntes: uma favorável à redução da idade penal e, por conseguinte, à aplicação de penalidade, e outra contrária à redução, por entender que o adolescente infrator deve ser objeto de medidas socioeducativas.

Contrária à redução

(Maria Ignês Bierrenbach - assistente social)

“O Código Penal não diz respeito à questão do adolescente infrator. Nós só podemos usá-lo como um

referencial. As discussões devem ser feitas com base no Estatuto da Criança e do Adolescente.”

“O jovem tem um potencial imenso e nós devemos apostar nesse potencial para que ele seja reinserido na sociedade.”

“A repressão só possibilita uma maior violência. Não é com a repressão que vamos conseguir a paz e a tranquilidade social tão almejadas por todos.”

“Existe toda uma legislação internacional com a qual o Estatuto da Criança e do Adolescente está totalmente afinado.”

Favorável à redução

(Ebenézer Salgado Soares - Promotor da Infância e da Juventude de São Paulo)

“O Código Penal diz respeito, sim, ao adolescente infrator. Ato infracional é igual a crime. São sinônimos.”

“Temos certeza de que um adolescente de 16 ou 17 anos é plenamente capaz de entender a consequência de um crime.”

“A sociedade, quando tem seus direitos violados, não pode gritar? Somente os adolescentes podem?”

“A pobreza e a falta de políticas públicas não podem dar carta de alforria para o adolescente cometer crimes e ser tratado de forma tão benevolente.”

“O estatuto da Criança e do Adolescente proporcionou o aumento da criminalidade juvenil.”

(Fonte: Folha de S.Paulo, 30/03/98)

O professor-avaliador, o professor elaborador e a leitura do tema

Para minimizar as relações *leitura apresentada pelo candidato na sua redação X texto de apoio X professor-avaliador*, no concurso vestibular da UEM, algumas providências são tomadas pela coordenação da Banca de Avaliação.

Antes de se iniciar a avaliação das redações, realiza-se uma exaustiva discussão com os professores que compõem a banca, com o intuito principal de que sejam discutidos todos os recortes temáticos possíveis que se permitem levantar no texto de apoio. Essa discussão abarca uma determinada seqüência de atividades:

- Apresentação das leituras que os professores-avaliadores fizeram do texto de apoio, em

² Conforme Franco JR, Vasconcelos e Menegassi (1997:101): “(...) questão-estímulo para que o vestibulando desenvolva sua redação no vestibular - formulação da questão (enunciado), (...) oferta de subsídios (textos e materiais de apoio) para o desenvolvimento de suas reflexões e de sua produção escrita”.

- discussão conjunta, levantando-se as possibilidades de tematização³;
- Manifestação das possibilidades de leitura do texto de apoio - à visão dos elaboradores da prova de redação - consideradas no momento da escolha do texto para a elaboração da prova;
 - Cotejo das possibilidades de leitura dos professores-avaliadores e dos professores elaboradores da prova;
 - Levantamento, a partir desse cotejo e do contexto do candidato, das possibilidades de leitura do texto de apoio que podem ser apresentadas na redação do candidato;
 - Delimitação das possibilidades de leitura do texto de apoio, a serem consideradas como pertinentes, no momento da avaliação das redações;
 - Avaliação de 10 (dez) redações, escolhidas prévia e aleatoriamente pela coordenação da banca, pelos professores-avaliadores, com o objetivo de dirimir as possíveis dúvidas ou de vislumbrar uma nova possibilidade de leitura do texto de apoio, bem como de *sintonizar*⁴ os professores-avaliadores, buscando a superação de eventuais discrepâncias;
 - Formação, pela coordenação da banca, das duplas de avaliadores, conforme análise das características de avaliação apresentadas e devidamente registradas em formulário organizado previamente.

Terminada essa fase de atividades, a que denominamos de *treinamento*, os professores-avaliadores iniciam, no dia seguinte, a avaliação das redações, efetivamente.

A avaliação do tema: o tríptico conflito - aluno/texto/professor

Nesta seção, apresentamos redações que exemplificam as relações conflitantes que se estabelecem no tripé aluno/texto/professor. Nelas estão envolvidas três leituras, que partem de um só texto - a leitura do aluno (candidato-autor), a leitura do professor-avaliador 1 e a leitura do professor-avaliador 2, levando-se em consideração a situação do concurso vestibular da UEM. A utilização de dois avaliadores, que desconhecem suas parcerias, permite uma avaliação mais objetiva, numa situação em que todas as demais provas são elaboradas e

avaliadas, objetivamente, já que as respostas de cada questão são assinaladas numa folha passível de leitura computadorizada.

O estímulo temático para estas redações foi focado na seção *Texto de apoio*.

Redação 1

Audácia e inovação

Recentes discussões circundam a questão da redução da maioria penal. Segundo a Constituição, o Código Civil é aplicado às pessoas maiores de 18 anos, o que levanta polêmica em vista do aumento da delinquência juvenil.

Defendendo a manutenção da Legislação vigente, entidades assistenciais discutem a especificidade do Código Penal e alegam que o Estatuto da Criança e do Adolescente é abrangente, uma vez de acordo com a legislação internacional.

Porém, analisando a atuação desta legislação, percebemos a crescente propagação da violência praticada por menores nos Estados Unidos e Europa. Também nas escolas brasileiras, os alunos violentam ou matam os professores por questões de notas e aprovações.

Desse modo, o perfil do jovem permite-nos inferir sobre sua capacidade de discernimento, em vista do grande número de informações que ele recebe e sua liberdade de julgar o certo e o errado. Ainda é necessário ressaltar que se um jovem de 16 anos está apto para votar, também deve ter responsabilidade para assumir suas infrações.

Portanto, para modificar a estrutura legislativa, teríamos de ser audazes e abandonar o perfeccionismo para adquirir a capacidade de visualizar o jovem como integrante da sociedade. Respeitar seus direitos e também conscientizá-lo de seus deveres e responsabilidades.

No sistema de avaliação proposto, dois professores-avaliadores atribuíram notas à redação acima apresentada:

- Avaliação 1: considerou que essa redação apresentou uma *leitura fragmentada* do tema focado no texto de apoio;
- Avaliação 2: considerou que foi apresentada ali uma *leitura complexa*.

Voltando à subseção *A avaliação do tema*, verificamos que, conforme a escala avaliativa do tema, os níveis em que se enquadra a redação *Audácia e inovação* geram uma discrepância entre as avaliações 1 e 2: uma considerou que a redação apresenta uma leitura unilateral do assunto, ou seja, faz uma leitura com um único ponto de apoio - o referente; enquanto a outra considerou que a leitura apresentada é complexa, ou seja, a redação aborda o assunto, tematiza, analisa, acrescenta informações

³ Delimitação do tema e do(s) enfoque(s) temático(s) do texto trabalhado.

⁴ Criar certa homogeneidade em relação aos critérios de avaliação estabelecidos.

novas, discute-as e retoma-as, procurando convencer o leitor.

Encontramos, para a primeira avaliação, a seguinte justificativa:

Provavelmente, o fato de os dois primeiros parágrafos conterem informações exclusivamente retiradas do texto de apoio pode ter contribuído para que o professor-avaliador 1 desviasse a sua atenção dos três parágrafos seguintes, que mostram informações novas, ou seja, que fogem daquelas já manifestas no texto de apoio, inclusive, discutindo-as e cumprindo as demais fases que favorecem uma visão que pode influenciar o leitor, reservadas as proporções da situação de produção dessa redação.

O professor-avaliador 1 acabou por desprezar as seguintes informações, que não se encontram no texto de apoio:

3º§: cresce a violência praticada por menores nos Estados Unidos e na Europa, como também existe violência nas escolas brasileiras;

4º§: o jovem tem capacidade de discernir, já que recebe informações que lhe proporcionam liberdade de julgamento e isso é referendado pelo seu direito de votar, ato de responsabilidade. Por isso, tem também a responsabilidade de responder por seus atos;

5º§: ao concluir, fortalece a tese a favor da redução da maioria penal, porém não deixa de evidenciar uma proposta que prevê a audácia que os legisladores têm que ter, rompendo com o paternalismo, para considerar o jovem como integrante da sociedade, com direitos e deveres.

Dessa forma, nesses parágrafos há posições e informações que se acrescem àquelas do texto de apoio. Isso vem corroborar a idéia de que o professor avaliador 1 não entendeu esses parágrafos como expansão informativa.

Já o professor-avaliador 2, em contraposição ao 1, demonstra ter percebido a leitura, e conseqüente tematização, feita pelo autor da redação.

Isso coloca a redação exposta ao conflito de que estamos tratando. Como resolvê-lo, nessa situação específica?

Aparece, então, a figura do professor-avaliador 3 (uma banca de avaliadores, em número bem inferior ao da banca de avaliação e selecionada dentre os professores mais experientes neste trabalho) que avalia a redação, sem conhecer as avaliações anteriores. Essa avaliação é cotejada com as duas anteriores, desprezando-se a nota que estiver discrepante com a terceira. Caso ainda haja algum

problema, a redação é submetida a uma quarta avaliação, da qual participa diretamente a coordenação da banca. No caso da redação aqui enfocada, o professor-avaliador 3 atribuiu-lhe uma nota condizente com o nível de *leitura complexa*, o que correspondeu à avaliação 2. Desconsiderou-se, portanto, a avaliação 1.

A redação seguinte é mais um exemplo de avaliações com o conflito aqui tratado.

Redação 2

Estruturas precárias

Passa-se atualmente no Brasil, por uma fase de intensa criminalidade, conseqüência de toda uma estruturação com bases precárias. É uma das grandes discussões é a questão da redução da maioria penal, jovens rotulados como futuro da sociedade cometem infrações e utilizam a própria lei como aliada.

Com a evolução pela qual passamos, percebe-se dentre os jovens, uma grande precocidade em relação a experiências vividas, ou seja, a maturidade lhe é imposta pelos meios sociais. Com isso, a criminalidade atinge uma faixa etária cada vez mais baixa e como o menor é de uma certa forma protegido, ele acaba isentando-se de uma punição mais expressiva.

Uma outra grande indagação é o porque que os maiores de dezesseis anos tem o direito do voto, mas não podem ser apreendidos. Certamente um cidadão que possui a responsabilidade de escolher quem irá comandar uma cidade ou até mesmo um país, estará apto a sofrer as conseqüências de seus atos.

Muitas pessoas ao serem questionadas a respeito da maioria penal afirmam ser contrárias à medida, mas ao passarem por uma situação de risco, como um assalto, seqüestro, ou algo similar, cometido por um menor, passam por uma verdadeira metamorfose em suas opiniões, tornam-se as primeiras incentivadoras da medida.

Sem nenhum resquício de dúvidas, a atitude a ser tomada pelas entidades responsáveis é a redução dessa maioria penal, mas não pode-se utilizar esta polêmica como uma maneira de diluir-se as grandes falhas governamentais, pois este problema é apenas uma das diversas conseqüências da nossa péssima estruturação sócio-econômica.

A análise dessa redação obedece aos mesmos padrões da anterior.

- Avaliação 1: considerou que essa redação apresentou uma *leitura tangencial* do tema do texto de apoio;
- Avaliação 2: considerou que foi apresentada ali uma *leitura adequada*.

Na avaliação 1, o professor-avaliador considerou que a redação apresentou o tema, por meio de uma

paráfrase do texto de apoio. Enquanto a avaliação 2 considera que a redação apresenta o tema, conforme o texto de apoio, acrescentando-lhe informações novas.

Instaurou-se aí, também, um conflito na avaliação, o qual, no caso de vestibular, pode incorrer em prejuízo de classificação do candidato, dependendo dos valores atribuídos.

A redação *Estruturas precárias* traz, no seu primeiro parágrafo, a paráfrase de uma das informações contidas no texto de apoio, mas nos demais parágrafos são-lhe acrescentadas informações novas. Isso caracteriza uma expansão desejada ao tema proposto. A exemplo da avaliação 1 da redação 1, o primeiro parágrafo influenciou a leitura do professor-avaliador. Mas, o professor-avaliador 2 percebeu que, nos demais parágrafos, há um acréscimo de informações, o que permite avaliar que a leitura do tema feita pelo candidato foi adequada. Isso porque o professor-avaliador 1 desconsiderou que:

- 2º§: a informação de que a precocidade dos jovens se alia à maturidade, conseqüentemente, a lei deve isentá-los da punição, quando cometerem crimes;
- 3º§: ao questionar o direito de votar, aos dezesseis anos, o candidato coloca o seu posicionamento a favor do dever que o jovem tem de pagar pelos erros cometidos;
- 4º§: é questionável o posicionamento favorável ou desfavorável à redução da maioridade penal, quando esse posicionamento parte de pessoas que vivenciaram ou não situações de violência praticada por menores;
- 5º§: há um posicionamento favorável à redução da maioridade penal condicionado a uma reorganização da estrutura governamental.

Assim, com a discrepância observada, surge, novamente, a figura do professor-avaliador 3 que, também, nesse caso específico, acabou por atribuir uma avaliação coerente com a avaliação 2.

Coincidentemente, os exemplos que evidenciamos aqui apontam que a discrepância foi ocasionada pelo professor-avaliador 1. Mas, no entanto, essa discrepância pode ocorrer com qualquer um deles. Portanto, a responsabilidade do professor-avaliador 3 é dobrada e, por isso mesmo, a sua escolha é muito criteriosa e o seu trabalho é desenvolvido em total parceria e consonância com a coordenação da banca de avaliação de redação.

Dessa forma, podemos entender que, ao se constituir uma banca de avaliação de redação, deve-se procurar selecionar os professores que mais se interessam pelo processo e suas implicações no

ensino-aprendizagem de língua materna, a fim de que a avaliação seja o resultado de um trabalho sério e pautado pela realidade, revestindo-se, pois, de total credibilidade.

A avaliação, no sentido que a entendemos, não se encerra em si mesma. Ela, pelo contrário, ao invés de encerrar o processo de ensino-aprendizagem, realimenta-o constantemente. Mesmo porque, se há critérios pré-definidos, por trás deles há toda uma concepção de linguagem e de texto a orientá-los. Assim, esses critérios impulsionam novas atividades que contribuem para melhor aprendizagem de língua materna, procurando cumprir o objetivo maior que é a produção textual

Logo, os professores-avaliadores, nesta situação específica de avaliação de redação de vestibular, têm que estar atentos para a sua própria realidade - a de sala de aula - e em permanente atualização teórica.

Considerações finais

Os conflitos aqui enfocados se instauram em quaisquer situações de produção de texto, concretizadas no contexto de ensino. Os resultados obtidos na avaliação de texto orientada por critérios pré-estabelecidos têm sido na prática positivos, no que diz respeito à minimização do conflito que antecede a todo processo de julgamento ou avaliação. Por isso, esses critérios que não se esgotam em si mesmos, mas são os parâmetros que orientarão a determinação dos objetivos do ensino/aprendizagem da língua materna, precisam ser coerentes com o nível de ensino/aprendizagem do aluno, autor do texto. Portanto, exigem uma análise minuciosa do texto e uma preparação efetiva do professor.

Do que expusemos, podemos garantir que avaliar um texto, no caso, uma redação, principalmente, em situações tão especiais, como a dos concursos vestibulares, gera muitos conflitos. Contudo, o que nós, responsáveis por esse processo, temos que tentar impedir é que esses conflitos acarretem - quando não há razão para isso - prejuízo para o candidato. Mais que isso, esse candidato (antes e depois do concurso, aluno) tem que saber e entender o porquê de sua nota, o que torna os critérios duplamente necessários. Mas, tais critérios têm que se pautar em concepções comuns, ou que se façam conhecer, aos envolvidos - professores de língua materna e alunos do nível de ensino respectivo.

Não estamos - nem pretendemos - dizendo que esse processo zera todas as possibilidades de discrepâncias. Porém, podemos afirmar que, toda vez que elas se evidenciam, são contornadas, na medida do possível, com o maior objetivismo que permite a avaliação de uma redação. E isso só nos é

dado a praticar, graças aos critérios pré-estabelecidos que procuram ser objetivos o quanto é possível, a partir de uma questão tão subjetiva, quanto o é a leitura de um texto. E, nesse processo, tentar minimizar o conflito ocasionado pelo tripé - aluno/texto/professor - só nos parece viável por meio de atividades que coloquem em sintonia os seus participantes. O *treinamento*, apresentado na seção *O professor-avaliador, o professor elaborador e a leitura do tema*, nas situações específicas de concursos vestibulares, tem nos dado prova de sua importância e de sua real necessidade, para que essa sintonia se estabeleça.

Referências bibliográficas

Franco JR., A.F.; Vasconcelos, S.I.C.C.; Menegassi, R.J. O vestibulando e o processo de escrever. In: Bianchetti, L.

(Org.). *Trama & texto: leitura crítica e escrita*. São Paulo: Plexus; Passo Fundo: EDIUPF, 1997, p. 96-108. v.2.

Geraldi, J.W. *Portos de passagem*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Menegassi, R.J.; Zanini, M. Avaliação de redação: o tema. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ, 10, 1996, Londrina. *Anais...* Cascavel: Unioeste, 1997, p 43-51.

Zanini, M.; Menegassi, R.J. Avaliação de redação: proposta de uma planilha. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS DO PARANÁ, 11, 1997, Cascavel. *Anais...* Foz do Iguaçu: Unioeste, 1998, (no prelo).

Received on February 02, 1999.

Accepted on February 26, 1999.